

REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DOS JAPONESES “ESTRANGEIROS” EM SANTA CATARINA, SEGUNDO OS CENSOS DE 1940-1980

André Sousa Martinello

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

E-mail: andresoumar@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo apresenta considerações de uma pesquisa realizada através de algumas ferramentas, a partir da Cartografia Temática e da Geografia da População. Através dos censos das décadas de 1940 até 1980 efetuados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – buscaram-se informações a respeito da presença de japoneses no Estado de Santa Catarina. A partir desses resultados, utilizou-se a base cartográfica digital do IBGE referente ao Estado, como ponto de partida para a elaboração de mapas temáticos. Apresenta-se a seguir, a distribuição espacial, densidade demográfica e localização dos “núcleos” japoneses no território catarinense e parte do processo de pesquisa, a produção dos mapas, bem como algumas análises tecidas.

Palavras-Chave: Japoneses Estrangeiros. Mapeamento. Censo Demográfico. Representação Cartográfica de Santa Catarina.

SPACE REPRESENTATION OF “THE FOREIGN” JAPANESE IN SANTA CATARINA, ACCORDING TO 1940-1980 CENSUSES

Abstract

This article presents considerations of a research carried through some “tools” offered for the Thematic Cartography and the Geography of the Population. Through the Censuses of 1940 to 1980, effected by the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, it has regarded information about the Japanese’s presence in the State of Santa Catarina. From these results, it has used the IBGE’s digital cartographic base, referring the State, as a starting point for the elaboration of thematic maps. It is presented, in the sequence, the spacious distribution, the demographic density, the localization of the “Japanese nuclei” in Santa Catarina’s territory and part of the process of this research – the production of maps, as well as some possible analyses.

Keywords: Foreign Japanese. Mapping. Demographic Census. Cartographic Representation Santa Catarina.

Críticas a utilização de dados numéricos censitários e de informações como as estatísticas, parece ter se consolidado nas áreas de conhecimento das ciências humanas de modo geral; é ponto pacífico que os números não falam por si mesmos, antes refletem a tentativa de construção do real. Mesmo que as informações numéricas ainda sejam utilizadas com maior apreciação em determinados setores do conhecimento, sabe-se da recusa em aceitar números como mera “decodificação” da realidade, afinal, números também podem ser utilizados como mecanismos de poder, mesmo que submergidos e disfarçados de “imparcialidade” por meio de tabelas, cálculos e disfarces aritméticos. Milton Santos já alertava e denunciava a manipulação política numérica, principalmente por meio das estatísticas. Muitas vezes os dados em forma de números são utilizados, como maneira e forma de abafar maiores discussões e debates; dessa forma teceu à crítica o geógrafo brasileiro:

Os números aparentemente são concretos, mas na verdade são abstratos. Você pode ter, inclusive, no uso deles, uma escolha que já é política. Você escolheu os índices que quer. Joga certos índices no mercado, no mercado adverso também. Pré-seleciona e obriga a discutir esses dados, forçando um tipo de debate. O que eu faço com isso? Não vou muito longe. (SANTOS, 2002:168)

Até mesmo a crítica literária, crônicas e ficções dão conta das limitações e do estatuto de veracidade em que alcançaram pesquisas “numéricas” em diferentes setores e pesquisas no campo das ciências humanas e em outras áreas. Moacyr Scliar, por exemplo, em um texto intitulado: “Amostra significativa”, descreve certos desejos e sensações que resultam do olhar de confiabilidade às pesquisas quando mobilizam números, tabelas, cálculos e signos aritméticos. O escritor e médico gaúcho, aponta à utilização de dados como uma possibilidade viável para se criar, inventar e enquadrar interpretações de vários interesses e gostos:

[...] para demonstrar que os números são dóceis: há resultados para todos os gostos. E só dimensionar o tamanho da amostra, modular o tom da pergunta, organizar sabiamente as tabelas e os gráficos, e pronto: é a ciência que falou. Gaia ciência, como dizia Nietzsche. Fascina, entre outras razões, porque dá a idéia de que se pode facilitar as coisas. (SCLIAR, 1984:79)

Contagem populacional, informações censitárias e pesquisas governamentais são exemplos de intenções que mesmo buscando atingir determinadas abrangências, acabam por tornar numérico determinados pré-diagnósticos políticos. Algumas pesquisas visam confirmar

tendências e opiniões através da pretensa “imparcialidade numérica”, utilizando-a como verniz para um estatuto de verdade. Do ponto de vista temporal e cronológico, pode-se observar a historicidade dos censos e outras pesquisas que utilizam questionários como fonte de pesquisa. Seleções do que seria perguntado e preocupações levadas em conta em determinadas épocas, muitas vezes não se repetiam em outros momentos. As pesquisas numéricas também estão envolvidas nas tendências de rupturas e continuidades.

Na pesquisa para o censo de 1970, por exemplo, a revista semanal de abrangência e circulação nacional, *Veja*, apresentava reportagem em tom pedagógico no sentido de fazer com que as pessoas não temessem o questionário do censo realizado por uma agência governamental, no caso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. A matéria jornalística intitulada: “Aprender a responder. Censo 1970: ninguém deve se assustar com o formulário.” Segundo a mesma reportagem, respondendo de maneira mais corretamente possível aquela pesquisa de 1970, os brasileiros estariam auxiliando a fazer uma pesquisa mais correta e um censo mais real. Nessa possível intenção governamental em conhecer o máximo e o melhor possível o País, lançou-se propagandas especiais que apresentavam as facilidades nas respostas aos questionários. Entre outras propagandas realizadas como incentivo para as pessoas atuarem no papel de informantes do censo, além da própria reportagem nas revistas, destaca-se a tradução da propaganda e do questionário do censo para a língua japonesa. A revista semanal parece sugerir que a propaganda em língua japonesa do censo de 1970, visava cobrir o maior número possível de pessoas em território nacional, falantes do português ou não:

Todos os dias, há quase um mês, “*A Voz do Brasil*” tem levado o seu apêlo aos povoados mais esquecidos do país: “Ajude a fazer o censo”. E uma intensa campanha publicitária se difundiu pela imprensa e pela televisão, orientando a população sobre a importância de suas informações. **Até mesmo a colônia japonesa (700 000 pessoas) ganhou folheto em sua própria grafia. Pois todos os brasileiros devem saber que as respostas às perguntas contidas nos questionários do IBGE são obrigatórias.** (Revista *VEJA* nº101, 02/09/1970, p. 50) (negritos feitos pelo autor)

É obrigatória a resposta ao questionário da instituição do poder executivo brasileiro, afirmava a revista acima citada. A propaganda e o posicionamento governamental do período dessa reportagem, confronta ao que havia ocorrido menos de trinta anos antes no Brasil, quando em processo de nacionalização, tornava-se proibido exercer qualquer comunicação que não em língua considerada a oficial, muito menos em panfletos e textos do próprio governo. O trecho acima da revista *Veja* ilustrava a propaganda governamental do período,

que parecia considerar importante a conscientização das pessoas para a obrigatoriedade às respostas ao questionário do IBGE, segundo se observa na Figura 1, ocorrendo tradução oficial-institucional em língua estrangeira com intenção de facilitar o entendimento e comunicação.



Figura 1. Imagens retiradas da Revista VEJA nº 101 de 02 de setembro de 1970, p. 50.

Em certo sentido, a reportagem acima contribuiu com um papel de propaganda e reconhecimento ao objetivo e imagem daquele censo. O próprio caráter e forma apelativa institucional da realização do censo 1970, também formava imagem de veracidade à pesquisa que seria realizada, bem como parecia enfocar na necessidade em ensinar a responder para garantir pretensa exatidão e imparcialidade das informações numéricas recolhidas.

As lembranças e depoimento do professor e geógrafo Pasquale Petrone, por exemplo, contrastam frontalmente ao que se fazia no censo de 1970 em relação às décadas anteriores a tal censo, principalmente naquele contexto da 2ª Grande Guerra. Se antes o controle estava na intenção de proibir a línguas maternas dos estrangeiros e imigrantes fixados no país, agora nos anos 70, a idéia era de conhecer o estrangeiro através de perguntas e formulários elaborados em sua própria língua de origem. Sob aquele processo de nacionalização dos anos 1930 e 40, recorda o italiano Petrone:

[...] a legislação vigente no País não permitia que as disciplinas de Geografia a História do Brasil, nos então cursos secundários, fossem ministrados por pessoas nascidas fora do País, mesmo que naturalizadas. A medida em

questão refletia bem a idéia de que a Geografia e História, como poderosos instrumentos a serviço do Estado, deveriam, no ensino secundário, ser disciplinas rigorosamente controladas. É evidente que no Conselho Nacional de Geografia/CNG, em outro nível, a Geografia também deveria estar a serviço do poder. (PETRONE, 1979:320).

Entretanto, a propaganda oficial do censo de 1970, direcionada a colônia japonesa, não parecia ser o primeiro “documento” de circulação nacional que recebia tradução em língua não portuguesa, visando atingir estrangeiros, como os imigrantes japoneses e suas respectivas áreas de colonização. É interessante observar que não fora apenas à propaganda do censo e da pesquisa do IBGE que ocorreu a tradução para o japonês, até mesmo cartilhas, como a do “Biotônico Fontoura – Jeca Tatuzinho”, voltada aos ensinamentos profiláticos, uma espécie de revista¹ com certa periodicidade que apresentava ao público calendários, explicações e detalhamentos de práticas para uma agricultura, que se queria moderna, havia sido oferecido aos japoneses e também a alemães, segundo noticiou a revista Realidade no ano de 1966: “Houve tempo em que o *Jeca Tatuzinho* foi impresso em alemão e japonês, para as colônias de imigrantes.” (Revista REALIDADE nº02, maio de 1966, p.12). Portanto, a tradução de textos para língua dos estrangeiros fixados no Brasil, não era apenas prática de domínio e controle exercidos apenas por interesse governamental, no exemplo do controle dos corpos, como configurava a cartilha do Biotônico Fontoura, a tradução efetivou-se como forma de tornar a cartilha popular também para outros além de brasileiros.

Essa documentação acima, como o chamariz para uma melhor resposta do censo, assim como a cartilha Jeca Tatuzinho, são exemplos de traduções para línguas que não a portuguesa, com intenção de comunicar aos estrangeiros, assim como conhecê-los, ou apresentá-los aspectos e regras sócias do País, seriam esses exemplos de *traduções culturais*? Os diferentes migrantes que “penetraram no corpo da nação”, se pretendeu conhecer, registrar e cadastrar, exercendo práticas de poderes, ou como diria Foucault (2004:18), as instituições se autorizam a colocar em prática uma vontade de verdade e pelo poder, constroem indivíduos e sujeitos, exercendo em consequência um poder de coerção.

Se o censo de 1970 realizado no período da última Ditadura civil-militar brasileira aceitava e lançava mão de questionários em línguas que não aquela da nação (a portuguesa), fora justamente para tornar mais eficiente e dominadora a autoridade brasileira aos não

¹ “O *Jeca Tatuzinho*, lançado pela editora [de Lobato] em 1924, narra as proezas do caboclo depois de curado, ao mesmo tempo em que ensina noções elementares de higiene. Adaptado para propalar as qualidades dos produtos do “Laboratório Fontoura”, especialmente o Biotônico, chegou – e ainda chega – aos mais distantes rincões do Brasil, distribuído aos milhares, por décadas a fio.” LUCA, Tânia Regina de. “Monteiro Lobato: estratégia e poder e auto-representação n’A barca de Gleyre”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 139-160. (citação acima p. 146).

naturais da pátria. Constata-se nas intenções de realização do censo, aspectos envolvidos ao domínio, ao poder e a renovação da imagem de autoridade, mesmo que essas práticas em pesquisas censitárias e investigações se apresentavam como sendo neutras e interessadas em informações apenas numéricas, em dados frios, mortos e usados apenas para cálculos. Como dito anteriormente, com quais intenções a propaganda do questionário do censo de 1970 se apresentava também em língua nipônica, a fim de aparentemente não deixar de fora os estrangeiros e colônias japonesas? Facilitar a comunicação e as respostas às perguntas do censo, por parte daqueles migrantes japoneses, parecia buscar evitar possíveis distorções de informação, segundo se dizia na época. Afinal, quanto mais se conhece, melhor e com maior qualidade ocorre a dominação e a colocação em prática da vontade de saber.

Porém, a intenção desse trabalho não é aprofundar-se nessa problemática dos poderes e interesses institucionais ou compreender quais e os porquês das determinadas informações serem escolhidas e buscadas por órgãos governamentais. O objetivo aqui não é apresentar reflexão acerca dos discursos da construção do real, a partir da crença daqueles que seguem na exatidão numérica, nem tampouco fazer críticas aos que ainda acreditam na idéia de que os números não mentem.

Diferentemente do apresentado até aqui nesse artigo, na sequência a pesquisa segue apresentando como ao longo do tempo algumas problemáticas, perguntas e questões modificaram-se e apenas algumas delas permaneceram, sendo que outras apresentam detalhes e informações que não continuaram sendo realizadas em outros questionários do IBGE. A proposta aqui sugerida utiliza os dados coletados pelo IBGE e dessas informações criou-se mapas temáticos e representações cartográficas de algumas informações recolhidas e selecionadas. De nenhuma maneira a proposta dessa pesquisa busca validar e tornar “mais verídica” as pesquisas censitárias. Apenas tenta-se apresentar continuidades e rupturas nos censos do IBGE, bem como a partir de um dado que permanece de 1940 até 1980, apresenta-se representações cartográficas de estrangeiros fixados no Estado de Santa Catarina, sendo esses os que para cá imigraram e permaneceram exclusivamente com a nacionalidade japonesa. Mapeou-se os estrangeiros japoneses que não possuíam a cidadania brasileira, no sentido de cidadania como registro formal de ser brasileiro. Em quais municípios e por onde o IBGE encontrou, contou e registrou a presença desses japoneses (de nacionalidade exclusivamente nipônica, como dito antes) em território catarinense? É essa pergunta que os mapas realizados e esse artigo pretendem responder.

Descrições Iniciais do Processo de Pesquisa

Embora o Estado de Santa Catarina seja representado e muitas vezes reconhecido como colonizado por brancos *eurodescendentes*, também migraram para a região outras etnias e pessoas de diferentes nacionalidades, algumas delas acabaram se fixando. Inclusive ao longo dos censos demográficos apresentados pelo IBGE, é possível identificar alguns grupos e “estrangeiros”. Contudo, há quem afirme (LEITE, 1996:09) que mesmo Santa Catarina possuindo uma elevada diversidade étnica, busca sistematicamente negar, por exemplo, a presença de negros, seja na sua formação social, na sua cultura ou na sua identidade.

De qualquer forma “[...] vale lembrar que Santa Catarina é um dos estados que possui uma maior diversidade étnica, em se tratando de contingentes espacialmente agrupados [...]” (LEITE, 1996:37). Buscando entender essa diversidade de povoamento e os possíveis contingentes geograficamente agrupados, elegeu-se uma nacionalidade pouco difundida na literatura catarinense para esta pesquisa, da qual se buscou representar cartograficamente sua distribuição espacial.

Inicialmente realizou-se pesquisa em dados, censos demográficos e documentos do IBGE que apresentavam as condições e contagens da população catarinense, principalmente aqueles vindos de outras nações. Investigou-se todos os censos Demográficos ou Populacionais do século XX em Santa Catarina, conhecendo a presença da nacionalidade japonesa neste Estado. Após finalizar esta análise inicial, as informações foram digitalizadas no programa *Excel (Windows)* gerando uma tabela de síntese.

Posteriormente, confeccionaram-se mapas com a distribuição da colonização japonesa no Estado. O “mapeamento” dos japoneses no espaço catarinense permitiu realizar algumas análises do processo de ocupação, bem como tecer comentários comparando municípios e pólos de atração ou fixação de japoneses. Os resultados do processo dessa pesquisa e os mapas construídos são apresentados em seguida.

Os “Estrangeiros Japoneses” em Santa Catarina

Segundo o recenseamento geral de 1940, havia no Estado de Santa Catarina nove pessoas que não falavam a língua portuguesa habitualmente no lar, mas sim a língua japonesa. Desses nove, informa o mesmo censo, seis eram brasileiros natos, dois brasileiros naturalizados e um estrangeiro. Esse último, portanto, sem naturalidade brasileira fora considerado: japonês (de nacionalidade exclusivamente japonesa). Vale lembrar que “[...] em português, não há distinção lingüística entre os brasileiros de ascendência japonesa e os

habitantes do próprio Japão.” (LESSER, 2008:21). Embora se apresente como informação relevante, não nos foi possível “*espacializá-la*” em um mapa ou aplicá-la a algum banco de dados cartográfico, principalmente por não especificar em quais municípios ou localidades do Estado encontravam-se as pessoas que se comunicavam em japonês no ambiente “doméstico”. Seriam todos da mesma família ou moravam na mesma região? Impossível saber a resposta dessa questão, observado os dados desse mesmo censo. A pergunta sobre a língua falada no cotidiano fora realizada pelo IBGE, mas a descrição do município (moradia) dessas pessoas não se efetuou. Mais do que isso, esta questão (qual a língua habitualmente mais utilizada no lar?) não se apresentou nos recenseamentos seguintes, restringindo-se apenas ao período de nacionalização getulista, momento ao qual foi publicado tal censo, o que impossibilita, portanto, uma apresentação ou análises comparativas a outros períodos, acerca da presença dos não falantes de português.

Observamos que os questionários e pesquisas do IBGE podem refletir e fazer parte do contexto sócio-político em que se efetivaram os censos. Como no caso do questionário a respeito da língua principal falada no lar, essa “dúvida” esteve presente naquele momento do primeiro governo de Getúlio Vargas, particularmente no contexto da 2ª Grande Guerra. Antonio Candido (2001:140), por exemplo, questiona e afirma: “Qual a proporção respectiva de caboclos e imigrantes? Difícil dizer, pois o censo revela apenas o estrangeiro nato, enquanto ao pesquisador interessaria conhecer a presença do seu descendente.” Portanto, muitas vezes o questionário realizado pelo IBGE focava mais em uma preocupação política, como saber qual a língua que determinado indivíduo falava em seu cotidiano. O foco no período do Estado Novo, por exemplo, estava na preocupação em registrar e contar os falantes de outras línguas, que não a portuguesa.

Diferentemente da pergunta a respeito da língua falada, a categoria “estrangeiro” também esteve presente neste mesmo censo de 1940 e fora apresentada, inclusive, com a localização desses “não-brasileiros” nos respectivos municípios do Estado. Esse é um exemplo de pergunta que o IBGE buscou registrar ao mínimo detalhe, não chegando ao bairro em que habitavam esses estrangeiros, mas apontando o município. A descrição detalhada em nível municipal, realizada pelo IBGE, representou em certo sentido, o interesse em “controlar” a população “estrangeira”, ou pelo menos “saber” em quais espaços do território estavam localizados os “não brasileiros”. Provavelmente informações como essas pareciam relevantes ao período de guerra. E são justamente dessas dúvidas daquele período de nacionalização e descrição da localização de moradia dos estrangeiros, informações que chegaram até os dias atuais, que nos possibilitam a representação cartográfica dos estrangeiros

japoneses, objeto da pesquisa. Foram assim, identificados em 1940 dois homens estrangeiros de nacionalidade japonesa, um residente no município de Joinville e outro no município de São Francisco do Sul. Essa informação inserida em um novo campo (“*field*”) do banco de dados, da base cartográfica de Santa Catarina fornecida também pelo IBGE, resultou em um primeiro mapa da pesquisa, ou seja, a representação desses dois japoneses, sem nacionalidade brasileira², localizados nos respectivos municípios de residência, segundo o censo demográfico de 1940. O título desse mapa específico é o ano em que o censo apresentou a informação, portanto, 1940. Observe essa informação inserida em um mapa que está localizado na parte superior da coluna esquerda, no conjunto de mapas intitulado “Japoneses em Santa Catarina”, Figura 2.

Analisando mais profundamente as informações contidas no censo do IBGE de 1940, têm-se outras pessoas nascidas no Japão, residentes no Estado, mas naturalizadas brasileiras. Para o IBGE esse processo de “naturalização” brasileira por parte dos imigrantes, os tornava não mais estrangeiros. Em Santa Catarina, uma mulher residente em Itajaí e um homem e uma mulher residentes em São José, eram naturais do Japão³ porém, por possuírem também a “naturalização” brasileira, esses três “japoneses” não recebiam a denominação de estrangeiros. Dessa classificação ou agrupamento “japoneses de nacionalidade brasileira” apresentou-se em descrição e detalhamento em nível municipal no censo, portanto, possível de ser *espacializado* em base cartográfica ou carta, porém optou-se por não representá-lo, pois também não é uma informação constante nas décadas seguintes, limitando-se apenas a pesquisa da década de 1940. A opção em não representar cartograficamente os brasileiros-japoneses, seguiu a justificativa e a direção das informações censitárias que possibilitassem gerar mapas para uma comparação temporal, não se limitando, portanto, apenas a uma década.

Tecendo um comentário acerca da realização dos censos no Brasil e a sua relação com a imigração nikkei em nosso País, Jeffrey Lesser (2008:37) afirma que:

Os censos brasileiros, por exemplo, nunca abriram espaço para a etnicidade, agrupando os cidadãos em seis categorias de “cor”, baseadas num modelo autoclassificatório: branca, preta, amarela, parda, indígena e não-declarada. Os dados censitários brasileiros, portanto, dificultam a coleta de dados sociológicos sobre a população nipo-brasileira. A liderança da comunidade nipo-brasileira organizada, entretanto, realizou dois censos, com financiamento de um governo japonês curioso em saber mais sobre “sua” população expatriada. O censo de 1958 sobre a comunidade nipo-brasileira foi publicado no Japão em dois volumes, com textos em japonês e inglês, mas não em português. O segundo censo nikkei foi realizado entre 1987 e

² Para os critérios da época, aqueles que não possuíam nacionalidade brasileira, eram estrangeiros.

³ Recenseamento Geral de 1940, p. 61. ‘Naturais’ no sentido de ‘nascidos’ no Japão.

1988, e produzido apenas em português, evidenciando o novo foco da identidade nikkei, agora colocado sobre uma geração nascida e criada no Brasil. (LESSER, 2008:37).

Assim como no censo demográfico de 1955, por exemplo, em que apenas duas questões abordavam os japoneses, mas nenhuma dessas apresentava o município (ou local e região de moradia). Tal censo registrou apenas o número total de um brasileiro naturalizado e nascido no Japão, residente em Santa Catarina. Havia também o número total de doze japoneses “estrangeiros”, ou seja, destes considerados estrangeiros nenhum possuía a nacionalidade brasileira. Porém, como foi dito, não é informado neste censo o local (município) de residência desses imigrantes. Portanto, o censo de 1955 também não foi objeto dessa pesquisa e nem tema representado em base cartográfica.

Por sua vez, o recenseamento demográfico de 1960, ao contrário daquele do quinquênio anterior, demonstra todos os municípios em que residiam os estrangeiros de nacionalidade japonesa, sendo o total de cento e quatorze indivíduos japoneses em Santa Catarina. Com apenas cinco anos de diferença na publicação dos dados, de 1955 a 1960, esse último censo demonstrava um salto de doze para cento e quatorze japoneses no Estado, todos estrangeiros, o que parece demonstrar provavelmente, forte atração e fixação de pessoas originários do Japão, entre os anos de 1955 e 1960. É o detalhamento ao nível municipal que nos possibilitou inserir os dados do censo de 1960 na base cartográfica do Estado (representativa do território catarinense), obtendo como resultado um segundo mapa da pesquisa e que caracteriza a espacialização destes japoneses. Observe abaixo do título, que é uma referência ao ano do censo: 1960, na Figura 2. Nesse mapa percebe-se – em relação ao primeiro mapa em que apenas dois estrangeiros foram descritos pelo censo (de 1940) – o número e a distribuição ao longo do espaço catarinense elevou-se e diversificou-se.

Para melhor representação dos “estrangeiros japoneses” informados pelos censos, utilizou-se uma graduação na escala de cores que possibilitou a visualização da densidade japonesa nos municípios e no Estado em geral. Destacou-se nesse segundo mapa elaborado o município de Lages (de tonalidade mais escura) com vinte e seis japoneses, sendo o dobro de Itajaí, com treze. As cores e as intensidades escolhidas para cada um dos municípios do mapa revelam à diferente e desproporcional distribuição dos japoneses estrangeiros no Estado, o que nos possibilita afirmar que houve uma dispersão e descentralização dessa etnia quando se fixou até o momento em que se realizaram as pesquisas do censo de 1960.

maioria (cento e quarenta pessoas) localizada no município de Curitibanos. Portanto, também de maneira diferente as informações da década anterior, houve na passagem de 1960 para 1970, concentração de nipônicos no município de Curitibanos, localizado no meio oeste catarinense. Aplicando essas informações na base cartográfica, realizou-se o terceiro mapa da pesquisa também presente no conjunto de mapas intitulado “Japoneses em Santa Catarina”, o mapa representativo desse censo está localizado na parte inferior da coluna esquerda e foi denominado também de acordo com o ano do censo: 1970, na Figura 2.

A partir do censo de 1970 foi possível notar o deslocamento das áreas de maior densidade de japoneses no Estado, que se tornou visível no mapa: o município de Lages em 1960, e o município de Curitibanos na década de 1970. Essas informações, quando transportadas para seus respectivos mapas e comparados entre si, evidenciam a dinâmica desta população no espaço e também no tempo. Segundo o censo de 1970, além da forte concentração japonesa em Curitibanos é visível também, observando a carta, uma distribuição com maior e relativa densidade dessa nacionalidade no Estado, sendo no total da época, cento e quarenta e nove homens e cento e uma mulheres em diferentes municípios, todos japoneses/japonesas “estrangeiros/estrangeiras”, isso significa, com nacionalidade única e exclusivamente a japonesa, segundo informava o censo do IBGE. Como se observará no censo da década seguinte, o número de japoneses homens, do sexo masculino, é superior ao número das mulheres nipônicas.

O recenseamento de 1980 continuou apontando o aumento dos estrangeiros japoneses no Estado, agora com trezentos e trinta e dois japoneses no total, sendo cento e vinte e uma japonesas (mulheres) e duzentos e onze japoneses (homens), sem nacionalidade brasileira. Os três municípios com maior densidade destes estrangeiros eram Curitibanos com oitenta e oito, Caçador com sessenta e quatro e São Joaquim com vinte oito. Ainda em outros municípios havia a presença de japoneses, em menor número. Um balanço desse movimento pode ser observado a partir da Tabela 1, na qual é apresentado os estrangeiros japoneses ao longo do século XX (nos quatro censos em que se efetuou o questionário sobre os não-brasileiros) em Santa Catarina.

Tabela 1. Estrangeiros de nacionalidade japonesa em Santa Catarina. População residente nos municípios (Censos 1940, 1960, 1970 e 1980)

<i>Municípios de Santa Catarina</i>	<i>Nacionalidade Japonesa nos Censos</i>			
	1940	1960	1970	1980
TOTAIS	2	114	250	332
Araranguá		4		
Blumenau		2	1	7
Bom Retiro		1		
Braço do Norte			2	
Brusque			1	
Caçador		2		64
Campo Belo do Sul				4
Campos Novos			2	15
Canoinhas		1	10	5
Capinzal			1	
Chapecó		2		
Concórdia			1	
Criciúma		1		4
Curitibanos		4	143	88
Ercal Velho				5
Florianópolis		7	9	7
Fraiburgo				8
Garuva				4
Gaspar			2	
Guaramirim		8	8	
Ilhota		9		
Itaiópolis			2	
Itajaí		13	11	17
Jaraguá do Sul		1	1	5
Joinville	1	11	9	4
Lages		26	9	17
Mafra		1	7	
Major Vieira			5	
Monte Castelo				4
Palhoça			2	8
Papanduva			2	
Ponte Alta			2	7
Porto Belo		3		
Porto União		11	2	
Rio do Sul			2	
Santo Amaro da Imperatriz		2	2	
São Bento do Sul		2	7	
São Francisco do Sul	1		1	
São Joaquim				28
São José		3	1	25
Sombrio			2	
Três Barras			1	
Tubarão			2	16
Videira			2	
Xanxerê			2	

As informações do censo de 1980 também são representadas de modo graduado (confira na Figura 3). Assim, através do tamanho e da localização dos círculos representados no mapa do Estado, apresentou-se a distribuição espacial da densidade japonesa. Essa representação, além de possibilitar uma visualização diversa, podendo ser inclusive mais didática, facilitando a comparação com os núcleos e comunidades japonesas de Santa Catarina. Nessa pesquisa, o censo demográfico de 1980 foi o único a ser representado de duas maneiras, uma utilizando a gradação de cores e outra em uma gradação de símbolos (Figura 3).

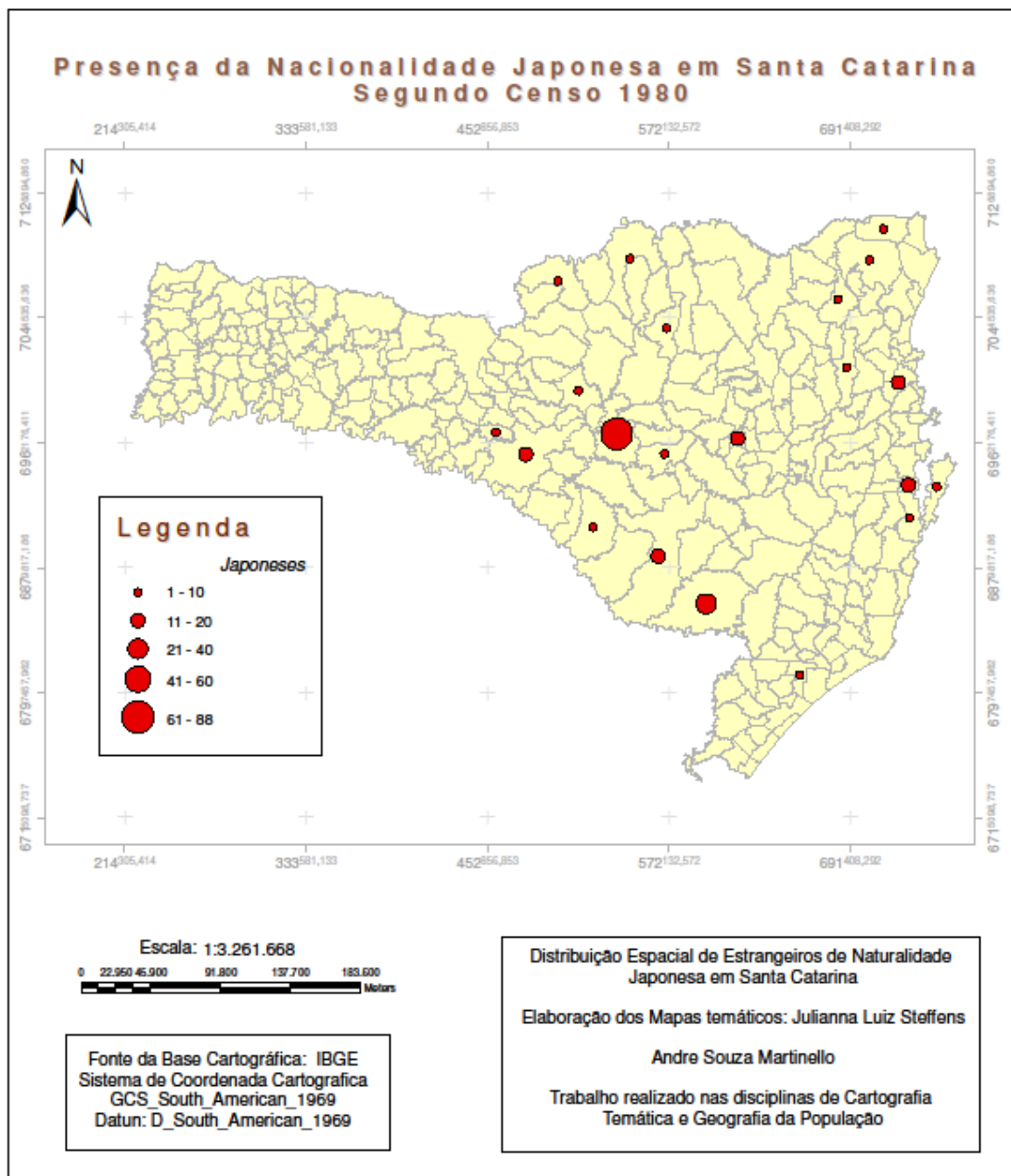


Figura 3. Censo de 1980 representando gradação proporcional à densidade demográfica.

Após as representações cartográficas no espaço catarinense dos censos de 1940, 1960, 1970 e 1980 em relação aos estrangeiros japoneses, elaborou-se uma carta representando os municípios nos quais atualmente localizam-se as colônias japonesas (Figura 4). Com base nas informações colhidas no IBGE foi possível classificar seis colônias japonesas, optando-se, portanto, pela representação destes seis núcleos coloniais distribuídos em seis municípios diferentes do Estado.

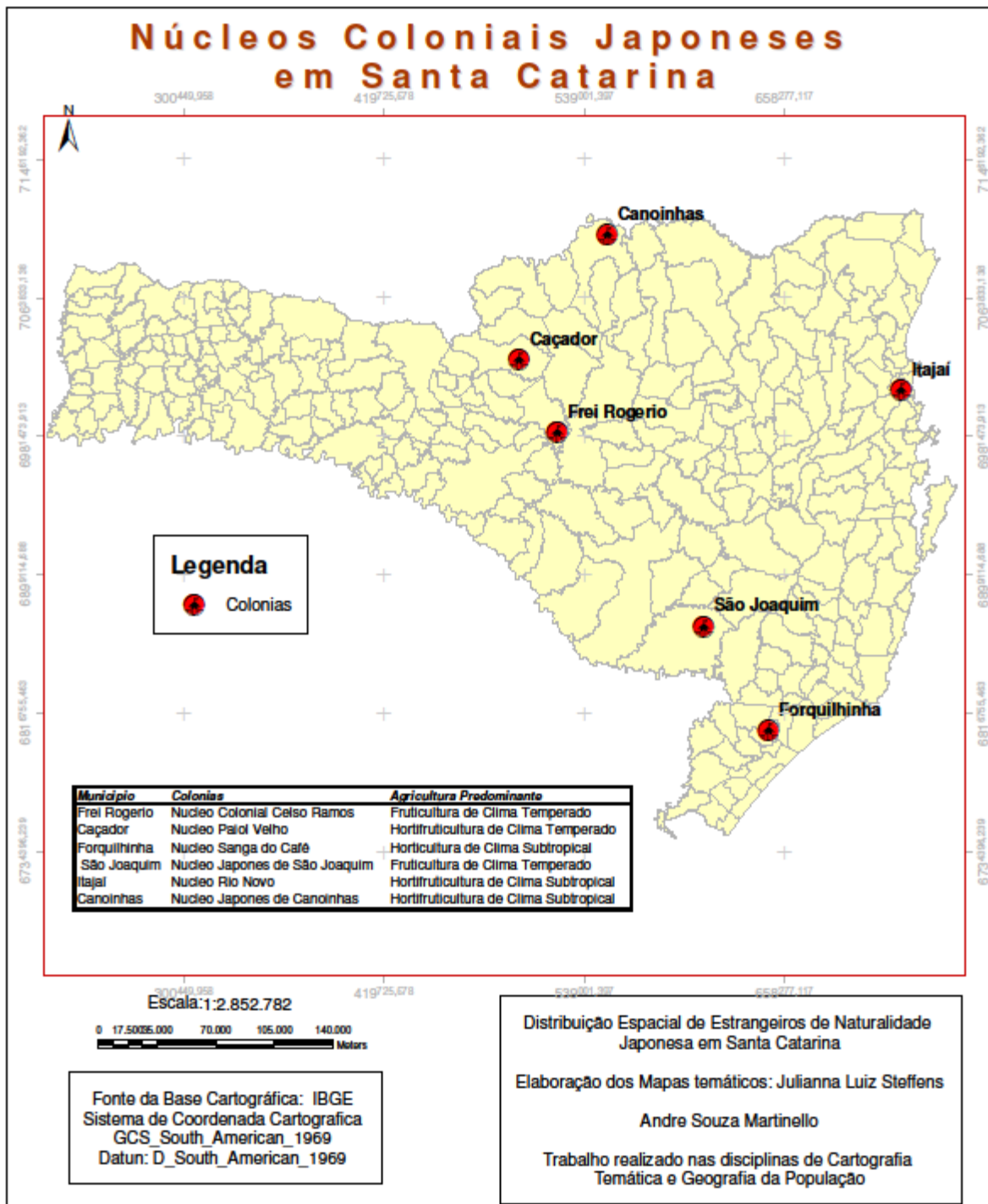


Figura 4. Núcleos coloniais japoneses em Santa Catarina.

É necessário ressaltar que, embora os mapas, as representações, as divisas político-administrativas do Estado e dos municípios possuam “história” e possam sofrer modificações, optou-se por uma base cartográfica “atual”. Conscientes das diversas divisões e representações do espaço, que se diferenciavam das atuais, manteve-se a “base presente” representando questões “já passadas”. Talvez seja a única exceção nesse trabalho a carta representativa da atual distribuição das colônias japonesas (o último mapa) na atual base cartográfica de Santa Catarina. O Censo de 1960, por exemplo, não foi representado em um mapa político (ou carta com as divisas municipais) da época, mas na presente base cartográfica fornecida pelo IBGE na atualidade.

Considerações Finais

A espacialização das informações colhidas pelo IBGE entre as décadas de 1940 até 1980 pode oferecer e possibilitar uma análise introdutória a respeito do fluxo migratório e contínuo movimento e entrada de cidadãos japoneses, sem nacionalidade brasileira até fins dos anos 1980, daqueles nipônicos localizados ou residentes em Santa Catarina, denominados “estrangeiros”. Embora tenha ocorrido certa “dispersão” e distribuição dos japoneses estrangeiros pelo Estado, os mapas apresentados, demonstram concentração de nipônicos – primeiramente em Lages (censo de 1960) e posteriormente em Curitibanos (a partir do censo de 1970). Mas também outros municípios, com menor densidade ou intensidade desses migrantes podem ser destacados como Caçador, São Joaquim e Itajaí.

Observou-se que o IBGE realiza (ou silencia) o questionário dos censos como parte dos interesses políticos sociais mais vigentes nas épocas das suas pesquisas, haja vista a permanência de apenas uma única problemática acerca dos nipônicos em Santa Catarina entre 1940 e 1980: “desses orientais sem nacionalidade brasileira, quantos são e onde estão localizados?”. Houve variações de questionamentos a essa etnia a cada década, acerca da língua, da existência de “propriedades” rurais ou urbanas, a respeito dos sexos desses nascidos “fora do Brasil”, suas idades, entre outras questões que muitas vezes limitaram-se apenas a um censo, como aquele de 1940 que questionava a principal língua falada no lar, mas que não se repetem nos censos seguintes.

É possível entender que diferentes motivações embalsaram os censos do IBGE a cada década. Elaborando para as diferentes intenções, de acordo com as respectivas épocas questionários extremamente diversos e variáveis, permanecendo ou não ao longo desse tempo a descrição espacial em nível municipal dos estrangeiros, sejam de japoneses ou não. Como

dito no corpo do trabalho, o censo publicado em 1955, por exemplo, não detalhava informações ao nível do município. Atualmente, ao se utilizar os dados do IBGE como fontes, é possível tecer comparações espaciais dos diferentes grupos de “estrangeiros” localizados em Santa Catarina, sejam eles nipônicos, estrangeiros ou não, mulheres ou homens, ou que falam o japonês no lar.

Espera-se com esse mapeamento, contribuir aos estudos da Geografia da População, bem como para áreas afins, como Demografia, Pesquisa de Migrações e Movimentos/Fluxos Populacionais, e estudos acerca de contingentes espacialmente agrupados. Essa interface de pesquisa em censos e geração de mapas possibilitou trabalhar em dois níveis, no primeiro buscando compreender quais as perguntas que o IBGE realizava para saber a respeito dos estrangeiros. A localização e município de moradia dos estrangeiros parece ser a questão de maior permanência temporal, cobriu os censos de 1940, 1960, 1970 e 1980 e desses realizamos mapas. O segundo nível sugerido e possibilitado nesse trabalho está em tornar palpável em termos de cartografia e representação em mapa, dos números a respeito da presença de japoneses no Estado. Isso significou possibilitar traçar comparações e visualizar o movimento de um grupo étnico e nacional que migrou no Estado e espaço de Santa Catarina.

Referências

Censo Demográfico de Santa Catarina. Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, 1940, 1955, 1960, 1970, 1980 e 1991.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 24, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Trad Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FREITAS, Patrícia de. **Margem da Palavra, Silêncio do Número:** o negro na Historiografia da Santa Catarina. Dissertação de Mestrado (História) na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1997.

LEITE, Ilka Boaventura. “Descendentes de Africanos em Santa Catarina: a invisibilidade histórica e segregação”. In: _____. (org). **Negros no Sul do Brasil:** invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LESSER, Jeffrey. **Uma Diáspora Descontente:** os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica entre 1960-1980. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. “Monteiro Lobato: estratégia e poder e auto-representação n’A

barca de Gleyre”. In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp.139-160.

MARTINELLO, André Souza; KLUG, João. “A Criação do Núcleo Rio Novo e os Imigrantes Japoneses em Itajaí.” **Blumenau em Cadernos**, v. XLVIII, p. 58-72, maio / jun. 2007, número 5/6. (ISSN 0006-5218)

MARTINELLO, André Souza. **Política Agrária e Imigratória nas Colônias Japonesas de Santa Catarina (1961-1978)**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OUTUKI, Anderson; OUTUKI, Élson K. “A Colonização Nipônica de Santa Catarina”. **“Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS”**. Edição Especial, v. 1, n. 3 (nov. 2003). Porto Alegre: PPGDir/UFRGS, 2003. p. 63-70.

PETRONE, Pasquale. “Geografia Humana”. In: FERRI, Mário Guimarães; MOYAMA, Shozo (org). **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: EPU; Ed. da Universidade de São Paulo/EDUSP, 1979. pp. 303-330.

Revista *REALIDADE* nº 02, maio de 1966, p. 12.

Revista *VEJA* nº 101, 02/09/1970, p. 50.

SANTOS, Milton. “Contra o Uso Político das Estatísticas” In: _____. **O País Distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002. pp. 167-168. (Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro e ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves).

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da Imigração Japonesas**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1993. (Série Imigração; v.4).

SAKURAI, Célia. “Primeiros Pólos da Imigração Japonesa no Brasil”. **Revista USP Dossiê Brasil-Japão**. Universidade de São Paulo, setembro/outubro/novembro 1995. Número 37. pp. 32-45.

SAKURAI, Célia. **Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)**”. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2000. p. 201-238.

SANTOS, Gislene Aparecida. **Redes e território: reflexões sobre a imigração**. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogerio Leandro Lima da. **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 51-78.

SCLIAR, Moacyr. “Amostra Significativa”. In: _____. **A Massagista Japonesa**. Porto Alegre: L e PM Editores, 1984. pp. 79-81.

SASAKI, Elisa Massae. **Movimento Dekassegui. A experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão**. In: REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (Orgs.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 243-274.

Recebido em: 05/09/2007

Aprovado em: 23/11/2009